

Cessou também a Relação Jurídica de Emprego Público, por aposentação, dos seguintes trabalhadores:

Manuel Henrique dos Santos Conceição, Assistente Operacional (Carpinteiro Limpos), posição remuneratória entre 6 e 7, nível remuneratório entre 6 e 7, aposentado a 01 de janeiro de 2012.

Eduardo Caria Costa, Assistente Operacional (Auxiliar Administrativo), posição remuneratória 5, nível remuneratório 5, aposentado a 01 de janeiro de 2012.

Manuel António Dionísio, Assistente Operacional (Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais), posição remuneratória 5, nível remuneratório 5, aposentado a 01 de abril de 2012.

Elmano José Campos Serrano, Assistente Operacional (Auxiliar Administrativo), posição remuneratória 7, nível remuneratório 7, aposentado a 01 de fevereiro de 2012.

Alcídio Furiado Varela, Assistente Operacional (Cantoneiro de Limpeza), posição remuneratória 9, nível remuneratório 9, aposentado a 01 de março de 2012.

Maria Rosário Guedes Ferreira, Assistente Operacional (Auxiliar de Ação Educativa), posição remuneratória 3, nível remuneratório 3, aposentado a 01 de abril de 2012.

Fernando Jorge Félix, Assistente Operacional (Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais), posição remuneratória 3, nível remuneratório 3, aposentado a 01 de abril de 2012.

Augusto Louro da Silva, Assistente Operacional, posição remuneratória 9, nível remuneratório 9, aposentado a 01 de junho de 2012.

Albino Dias, Encarregado Operacional, posição remuneratória entre 4 e 5, nível remuneratório entre 11 e 12, aposentado a 01 de maio de 2012.

Ana Maria Gonçalves Nunes, Assistente Operacional (Auxiliar de Ação Educativa), posição remuneratória 3, nível remuneratório 3, aposentada a 01 de junho de 2012.

Alia Maria Rosa Simões Nobre, Assistente Operacional (Auxiliar de Serviços Gerais), posição remuneratória 2, nível remuneratório 2, aposentado a 01 de julho de 2012.

Custódia Rosa Castro Damião, Assistente Operacional (Auxiliar de Serviços Gerais), posição remuneratória 7, nível remuneratório 7, aposentado a 01 de julho de 2012.

Maria Margarida Oliveira Sampaio Vicente, Assistente Operacional (Cantoneiro de Limpeza), posição remuneratória 6, nível remuneratório 6, aposentado a 01 de julho de 2012.

Maria Teresa Espinheiro Coelho Rocha, Técnico Superior (Línguas e Literaturas Modernas), posição remuneratória 7, nível remuneratório 35, aposentada a 01 de agosto de 2012.

Domingos Galveia Cordeiro, Assistente Operacional (Encarregado de Pessoal Auxiliar), posição remuneratória 8, nível remuneratório 8, aposentado a 01 de agosto de 2012.

17 de julho de 2012. — Por subdelegação de competências da Vereadora dos Recursos Humanos, a Diretora do Departamento de Administração Geral, *Dr.ª Maria Paula Cordeiro Ascensão*.

306258606

FREGUESIA DE ABAÇAS

Aviso n.º 10887/2012

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 38.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que, por deliberação de 13 de julho da Junta de Freguesia, foi anulado o procedimento concursal comum para preenchimento de 1 posto de trabalho na categoria/carreira de Assistente Operacional (Auxiliar Administrativo) na modalidade de relação jurídica de emprego pública por tempo indeterminado, conforme aviso n.º 24781/2011, publicado em *Diário da República*, 2.ª Série, em 27 de dezembro. A referida deliberação pretende garantir o cumprimento das restrições orçamentais introduzidas pelo Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal.

24/07/2012. — O Presidente da Junta, *Fernando José Alves Gaspar*.
306274766

FREGUESIA DE ARRENTELA

Aviso n.º 10888/2012

Contratos de Trabalho em Funções Públicas

Para cumprimento do estipulado na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na atual redação, torna-se público

que por deliberação da Junta de Freguesia de Arrentela de 27 de junho de 2012 e na sequência do procedimento concursal comum aberto por aviso publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 242 de 20 de dezembro de 2011, foram celebrados os seguintes contratos de trabalho, com início a 2 de julho de 2012, inseridos na carreira e categoria de Assistente Operacional, posicionados na 1.ª posição, nível 1, da tabela remuneratória única a que corresponde a remuneração mensal de 485.00 €:

Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado: António da Silva Rodrigues e Firmino dos Santos Pinto.

Contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado: Nuno Alexandre Lopes André.

Estes trabalhadores ficam sujeitos ao período experimental de acordo com o previsto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 73.º do RCTFP, aprovado pela lei n.º 59/2008, de 11/09.

Mais se torna público que o júri nomeado para o período experimental é o mesmo do procedimento concursal.

1 de agosto de 2012. — A Presidente da Junta de Freguesia, *Maria Teresa Pires Nunes*.

306300433

FREGUESIA DE AZINHAGA

Aviso n.º 10889/2012

Para os devidos e legais efeitos, em cumprimento do estipulado na alínea d), do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que esta Junta de Freguesia cessou a relação jurídica de emprego público que mantinha com o trabalhador a seguir identificado, nos seguintes termos:

Álvaro Manuel Rufino dos Santos, Assistente Operacional, posição remuneratória 3, nível remuneratório 8-2, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2012.

3 de agosto de 2012. — O Presidente da Junta, *Vitor Manuel da Guia*.

306305334

FREGUESIA DE CUBALHÃO

Editais n.º 744/2012

Brasão, bandeira e selo

Manuel José Rodrigues, presidente da Freguesia de Cubalhão, do município de Melgaço:

Torna pública a ordenação heráldica do brasão, bandeira e selo da freguesia de Cubalhão, tendo em conta o parecer emitido em 28 de fevereiro de 2012, pela Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, e que foi estabelecido nos termos da alínea g), do n.º 2 do art.º 17.º do decreto lei n.º 169/99 de 18 de setembro, sob proposta desta Junta de Freguesia, em sessão da Assembleia de Freguesia de 18 de maio de 2012.

Brasão: escudo de verde, com coroa mariana entre duas espigas de milho, tudo de ouro; campanha de três faixas onduladas de prata, azul e prata. Coroa mural de prata de três torres. Listel branco, com legenda a negro: "CUBALHÃO — MELGAÇO".

Bandeira: branca. Cordão e borlas de prata e verde. Haste e lança de ouro.

Selo: nos termos da lei, com legenda: "Junta de Freguesia de Cubalhão — Melgaço".

20 de julho de 2012. — O Presidente, *Manuel José Rodrigues*.

306299958

FREGUESIA DE ODEMIRA (SANTA MARIA)

Aviso n.º 10890/2012

Nos termos e para efeitos do disposto no n.º 4,5 e 6 do artigo 36.º e do n.º 3 do artigo 30.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, notificam-se todos os candidatos do procedimento concursal comum, publicado no DR 2.ª série n.º 106 de com aviso n.º 7637/2012, do ato de homologação da lista unitária de ordenação final para uma vaga na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para o preenchimento de um posto de trabalho, com a categoria de

assistente operacional no mapa de pessoal da Freguesia de Santa Maria, homologada por meu despacho de 16-07-2012.

Lista de Ordenação Final — Homologação e Notificação

José Zacarias Leonardo Neves — 11,5 Valores
Alfredo António Candeias Silvestre — *Excluído*.

Para os efeitos consignados a lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados, encontra-se disponível na Freguesia de Santa Maria afixada em local visível e público das instalações.

6 de agosto de 2012. — O Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, *Mário Manuel Lourenço da Silva Santa Barbara*.

306308761

FREGUESIA DE ODIÁXERE

Aviso n.º 10891/2012

A Junta de Freguesia de Odiáxere, por deliberação de 13 de julho de 2012, determinou fazer cessar o procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo determinado/termo resolutivo certo, para 1 posto de trabalho de assistente operacional, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 68, de 04/04/2012 e na Bolsa de Emprego Público sob o n.º OE 201204/0034.

26 de julho de 2012. — O Presidente da Junta, *Luís Alberto Bandarra dos Reis*.

306282817

FREGUESIA DE SÃO MANÇOS

Aviso n.º 10892/2012

Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado

1 — Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação, e artigo 19.º da portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação, e na sequência de deliberação da junta de freguesia de São Manços em 12/04/2012, e da assembleia de freguesia de São Manços em 25/05/2012, torna-se público que se encontra aberto procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho previsto e não ocupado no mapa de pessoal desta freguesia, na categoria de assistente operacional, da carreira geral de assistente operacional, para funções de serviços gerais.

2 — Legislação aplicável: Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua atual redação, Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, 31 de julho, Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, na sua atual redação e Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação.

3 — Para efeitos do preceituado no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento no próprio organismo, presumindo-se igualmente a inexistência de reservas de recrutamento constituídas pela ECCRC, porquanto não foram ainda publicitados quaisquer procedimentos nos termos dos artigos 41.º e seguintes da referida portaria.

4 — Prazo de validade: O procedimento concursal é válido para o recrutamento de trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho a ocupar e para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 46.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, lei do orçamento do estado para 2012.

5 — Caracterização do posto de trabalho em função da atribuição, competência ou atividade:

a) Serviços de limpeza urbana, recolha de lixo, limpeza de bermas, valetas e caminhos bem como assegurar a limpeza de instalações e espaços públicos;

b) Assegurar os serviços de funcionamento, conservação, manutenção e limpeza do cemitério, garantir os serviços de manutenção e conservação de espaços ajardinados e assegurar a realização de outros serviços de caráter geral.

6 — A descrição de funções constante das alíneas precedentes não prejudica a atribuição aos trabalhadores de funções, não expressamente mencionadas, que lhes sejam afins ou funcionalmente ligadas, para as quais o trabalhador detenha qualificação profissional adequada e que não impliquem desvalorização profissional, nos termos do n.º 3 do artigo 43.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua atual redação.

7 — O local de trabalho situa-se na área da freguesia de São Manços.

8 — O posicionamento remuneratório do trabalhador recrutado, numa das posições remuneratórias da categoria correspondente ao posto de trabalho a concurso, é objeto de negociação com a entidade empregadora pública e terá lugar imediatamente após o termo do procedimento concursal, nos termos do artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua atual redação, conjugado com o artigo 26.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, sendo a posição remuneratória de referência a 1.ª posição, 1.º nível, da categoria de assistente operacional.

9 — Requisitos de admissão:

9.1 — Gerais:

Só podem ser admitidos a concurso os indivíduos que, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, satisfaçam os seguintes requisitos, previstos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua atual redação:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos excecionados pela constituição, convenção internacional ou por lei especial;

b) Ter 18 anos de idade completos;

c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

d) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função;

e) Ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

9.2 — Especiais:

a) Experiência profissional comprovada na área de atividade.

10 — Nível habilitacional exigido: Escolaridade mínima obrigatória, não existindo a possibilidade, para o presente procedimento concursal de substituição do nível de habilitação por formação e ou experiência profissional.

11 — O recrutamento para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado inicia-se sempre entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado e segue as regras de prioridade no recrutamento referidas no artigo 39.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

12 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados em carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação o presente procedimento é publicitado.

13 — Forma e prazo para apresentação das candidaturas:

13.1 — Prazo: 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, nos termos do artigo 26.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação.

13.2 — Forma: A apresentação das candidaturas é formalizada, obrigatoriamente, mediante o preenchimento do formulário de candidatura aprovado pelo Despacho n.º 11321/2009, de 29 de abril de 2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 8 de maio de 2009, devidamente datado e assinado, disponível nos serviços da junta de freguesia, podendo ser entregue pessoalmente até ao último dia do prazo fixado ou remetido pelo correio, registado e com aviso de receção, para o endereço: Largo 25 de abril, 7000-115 São Manços, Évora, expedido até ao termo do prazo fixado.

13.3 — Não serão aceites candidaturas enviadas por correio eletrónico.

13.4 — O formulário de candidatura deve ser acompanhado da seguinte documentação, sob pena de exclusão:

a) Fotocópia legível do bilhete de identidade ou cartão de cidadão;

b) Fotocópia legível do certificado de habilitações literárias;

c) Currículo profissional detalhado, atualizado, devidamente datado e assinado, do qual conste a identificação pessoal, habilitações literárias, experiência profissional e quaisquer circunstâncias que possam influir na apreciação do seu mérito ou constituir motivo de preferência legal.

d) Declaração emitida pelo serviço a que o candidato pertence, devidamente autenticada e atualizada, da qual conste a modalidade de relação jurídica de emprego público que detém, a antiguidade na categoria e carreira e no exercício de funções públicas, a posição remuneratória que detém nessa data, bem como as avaliações do desempenho relativas aos últimos três anos;

e) Declaração de conteúdo funcional emitida pelo serviço a que o candidato se encontra afeto, devidamente autenticada e atualizada, da qual conste a atividade que se encontra a exercer.